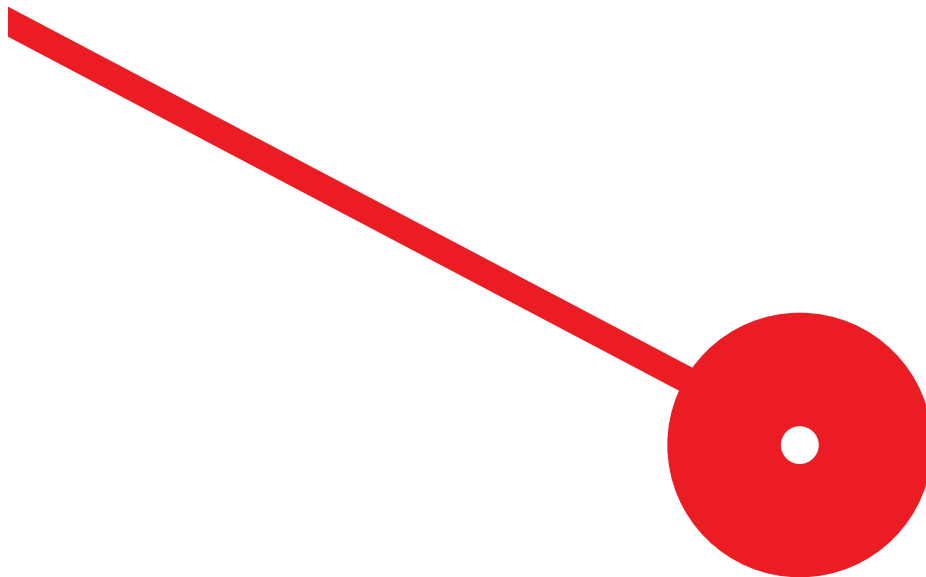




Aplicação do regime geral das moratórias nos financiamentos – o caso da BERD, S.A.

Joana de Sousa Machado

07/2022

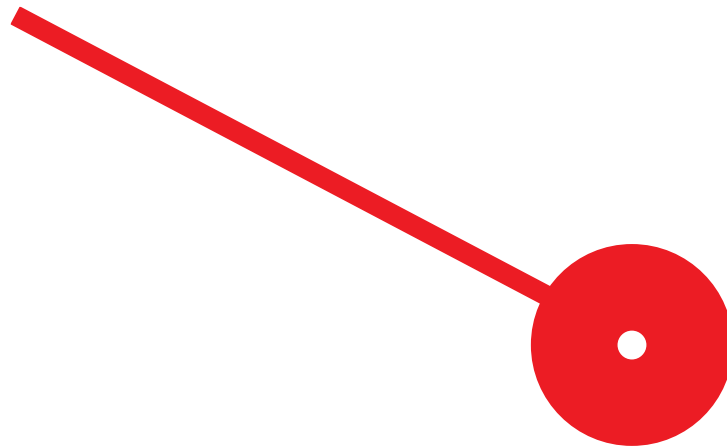


Aplicação do regime geral das moratórias nos financiamentos – o caso da BERD, S.A.

Joana de Sousa Machado

Relatório de Estágio

apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Finanças Empresariais, sob orientação do Professor Doutor Armando Mendes Jorge Nogueira da Silva.
(Esta versão contém as críticas e sugestões dos elementos do júri).



Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer à minha família por toda a motivação e apoio incondicional ao longo da realização deste mestrado e por nunca me deixarem desistir.

Agradeço à BERD - Projeto, Investigação e Engenharia de Pontes S.A, por me ter dado a oportunidade de realizar este estágio curricular, onde fui tão bem acolhida. Agradeço em especial ao Dr. Pedro Loureiro e Dra. Cátia Mota por todo o apoio, pelos conhecimentos transmitidos e pela confiança depositada.

Agradeço também ao meu orientador e coordenador do Mestrado em Finanças Empresariais, Professor Doutor Armando Silva, pelo acompanhamento e disponibilidade desde o primeiro dia, e em especial no apoio e colaboração para a realização deste relatório de estágio.

Por fim, agradecer aos meus amigos por toda a paciência, motivação e apoio, por não me deixarem desistir. Obrigada pela vossa amizade, sem vocês não teria sido possível concluir mais esta etapa.

Resumo:

Devido à pandemia mundial de COVID-19 a atividade económica sofreu uma queda acentuada nos mais diversos setores de atividade, afetando também a atividade laboral da BERD, S.A. a entidade onde se realizou o estágio curricular.

Este relatório de estágio apresenta a descrição das várias tarefas realizadas ao longo do estágio com especial destaque para a elaboração e revisão dos relatórios de despesas de colaboradores e da mudança para o método das ajudas de custo a utilizar na empresa, aplicável a trabalhadores que efetuam deslocações ao estrangeiro, melhorando a eficiência da tarefa a realizar tanto pelos colaboradores como pelo departamento administrativo e financeiro.

Este relatório de estágio inclui também uma entrevista ao diretor financeiro da BERD e onde se consegue concluir que a aplicação das moratórias aos financiamentos das empresas tiveram um grande impacto para que estas pudessem ter condições para laborar num contexto de estagnação de mercado e para que posteriormente se pudessem preparar para a retoma das amortizações dos financiamentos (após o final das moratórias).

Palavras chave: Moratória, Financiamentos, Relatório de despesas, Ajudas de custo

Abstract:

Due to the global pandemic of COVID-19, economic activity suffered a sharp drop in the most diverse sectors of activity, also affecting the work activity of BERD, S.A. the entity where the curricular internship took place.

This internship report presents a description of the various tasks carried out during the internship, with special emphasis on the preparation and review of employee expense reports and the change to the per diem payments method to be used in the company, applicable to workers who travel abroad, thus improving the efficiency of the tasks to be carried out both by employees and by the administrative and financial department.

This internship report also includes an interview with the financial director of the BERD and where it can be concluded that the application of moratoriums on company financing had a great positive impact as they could be able to work in a context of market stagnation and that later the company could be prepare for the resumption of amortization of financing (after the end of the moratoriums).

Key words: Moratorium, Financing, Expense Report, Per diem payments

Índice geral

Capítulo I - Introdução	1
Capítulo II – Revisão da literatura	4
2. Estrutura de capitais.....	5
2.1 Teorias da Estrutura de Capital	5
2.1.1 Abordagem Tradicional.....	5
2.1.2 Abordagem de Modigliani e Miller	6
2.1.3 Teoria <i>Trade Off</i>	6
2.1.4 Teoria <i>Pecking Order</i>	7
2.1.5 Teoria da Sinalização.....	7
2.1.6 Teoria dos Custos de Agência	8
2.2 Financiamento e moratórias.....	9
2.2.1 Regime Legal das Moratórias a contratos de financiamento e créditos	10
2.2.2 Consequências da aplicação das moratórias nas empresas beneficiárias ...	11
2.2.3 Consequências da aplicação das moratórias nas entidades bancárias	17
Capítulo III – Caracterização da empresa	20
3.1 Descrição da empresa	21
3.2 Missão, visão, valores e objetivos estratégicos	23
3.3 Caracterização económica e financeira da empresa	24
Capítulo IV – Descrição das atividades desenvolvidas.....	28
4.1 Relatórios de despesas	29
4.2 Processamento de férias e ausências	32
4.3 Deslocações em viatura própria.....	32
4.4 Atualização dos vários planos de financiamento – com entrevista ao diretor financeiro da BERD	33
4.5 Reconciliações bancárias mensais	34
4.6 Instruções bancárias.....	35

4.7	Lançamento de faturas	36
4.8	Arquivo digital de documentos contabilísticos	36
4.9	Mapa de tesouraria – <i>Net Debt</i>	36
4.10	Controlo de recebimentos de projetos	37
4.10.1	Créditos documentários de exportação	38
	Conclusão	41
	Referências bibliográficas	44
	Apêndices.....	47
	Apêndice I – Relatórios de despesas.....	48
	Apêndice II – Guião e entrevista sobre a aplicação de moratórias na BERD.....	50
	Anexos.....	51
	Anexo I – Deslocações em viatura própria	52

Índice de Figuras

Figura 1: Folha de rosto	48
Figura 2: Extrato bancário mensal	48
Figura 3: Despesas em dinheiro.....	49
Figura 4: Levantamentos e devoluções de dinheiro ao caixa	49
Figura 5: Deslocações em viatura própria	52

Índice de Tabelas

Tabela 1: Evolução do volume de negócios e do VAB, por setor de atividade Em percentagem.....	12
Tabela 2: Variação percentual do número de insolvências durante a pandemia em comparação com 2019	13
Tabela 3: Comparação internacional - Dívida das SNF Em percentagem do PIB	14
Tabela 4: ROA e autonomia financeira das empresas que recorreram a moratória de crédito pública e de empresas elegíveis sem moratória Em % do ativo	16
Tabela 5: Percentagem de empresas com capital próprio negativo e insolventes em empresas que recorreram a moratória pública de crédito Em % ponderada pelo ativo	17
Tabela 6: Indicadores bancários em Portugal.....	18
Tabela 7: Volume de negócios BERD Valores em euros	24
Tabela 8: Resultado líquido do exercício da BERD Valores em euros	25
Tabela 9: Rácio de liquidez da BERD	25
Tabela 10: Retorno sobre Ativos da BERD.....	26
Tabela 11: Autonomia financeira da BERD Em percentagem	26
Tabela 12: Número de empregados da BERD.....	27

Lista de abreviaturas

AFD - Departamento Administrativo e Financeiro

BI – Bridge Intelligence

CMPC - Custo Médio Ponderado de Capital

EBITDA - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*

EGF – *Pan-European Guarantee Fund*

EPE - Estadia Prolongada no Estrangeiro

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequena e Médias Empresa

ROA – *Return on Assets*

ROE – *Return on Equity*

SNF – Sociedades Não Financeiras

TnL – *Travel and Living*

UE – União Europeia

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Este relatório de estágio foi realizado no âmbito do Mestrado em Finanças Empresariais do Instituto Superior de Contabilidade e Administração e tem como objetivo a obtenção de grau de Mestre.

O estágio foi realizado na BERD - Projeto, Investigação e Engenharia de Pontes S.A, empresa do ramo da engenharia de pontes e viadutos situada em Matosinhos. O estágio teve a duração de 5 meses, entre outubro de 2021 e março de 2022, num total de 780 horas, e ocorreu maioritariamente de forma presencial, salvo algumas semanas realizadas em teletrabalho devido a medidas de controlo da pandemia. Ao longo do estágio colaborei de forma direta e com a Dra. Cátia Mota, a minha tutora de estágio, e com o Dr. Pedro Loureiro, diretor do departamento administrativo e financeiro (AFD), departamento onde foi realizado o estágio.

O principal desafio proposto pela empresa foi o de terminar a revisão de todos os relatórios de despesas pendentes dos diversos colaboradores pois a empresa tinha como objetivo alterar a forma como eram pagas as despesas dos colaboradores passando a utilizar a modalidade de ajudas de custo com o pagamento de um montante diário aos trabalhadores que estiverem em deslocações no estrangeiro. Anteriormente os colaboradores dispunham de um cartão que usavam para pagar as suas despesas nas deslocações ao estrangeiro. Estas despesas constavam nos extratos de cartão de crédito que posteriormente originavam os relatórios de despesas correspondente e que tinha que ser preenchido pelo colaborador. Com esta alteração o objetivo era tornar mais rápido e eficiente todo o processo tanto para os colaboradores como para o departamento AFD. Para além disso, foi-me proposto realizar outras tarefas de apoio ao departamento relacionadas com controlo de gestão, recursos humanos e contabilidade.

O relatório estará dividido em quatro capítulos: o primeiro capítulo é relativo à introdução, o segundo capítulo é referente à revisão da literatura sobre estrutura de capitais e ainda financiamento e moratórias, tema abordado ao longo do estágio aquando da realização da atualização dos diferentes planos de financiamentos dos diferentes bancos onde vigorou uma moratória pública aplicável aos contratos de financiamento e créditos devido à pandemia de COVID-19.

O terceiro capítulo é referente a uma descrição da atividade da empresa. Neste capítulo também estão destacados alguns momentos importantes na história da BERD e a sua

missão, valores e objetivos estratégicos, assim como uma caracterização económica e financeira da empresa.

O quarto capítulo é relativo a uma descrição de todas as atividades realizadas durante o estágio, e contém o ponto de vista do diretor financeiro da empresa sobre a importância das moratórias, as vantagens de ter aderido a esta medida e como fazer face ao fim das moratórias aplicadas aos financiamentos da BERD.

A conclusão inclui uma avaliação do meu desempenho ao longo do estágio, uma comparação entre o que aprendi durante todo o meu percurso académico com a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos e a descrição de algumas sugestões que fiz durante o estágio, bem como o resultado prático das mesmas.

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA

2. Estrutura de capitais

As decisões sobre a estrutura de capital nas organizações são muito importantes do ponto de vista da gestão financeira. Dada a sua importância diversos autores apresentaram teorias sobre o assunto, sobretudo após Modigliani e Miller (1958) afirmarem que a estrutura de capitais não era relevante. Algumas das teorias mais relevantes vão ser analisadas nos pontos seguintes.

Silva (2013) refere que as decisões de financiamento das empresas devem ser feitas de modo a combinar de forma eficiente uma estrutura de capitais próprios e alheios como forma de reduzir os custos de financiamento existentes e também aumentar o valor da organização.

2.1 Teorias da Estrutura de Capital

2.1.1 Abordagem Tradicional

Esta abordagem pressupõe que existe uma combinação ótima entre capital próprio e capital alheio de modo que seja possível minimizar custos e aumentar o valor da empresa.

Durand (1952) foi o primeiro autor a defender esta abordagem e considera que o custo do capital alheio é inferior ao custo do capital próprio pelo que as empresas devem aumentar o nível de capital alheio de modo que o custo médio ponderado de capital (CMPC) seja mínimo, o que possibilita a maximização do valor da empresa.

O custo do capital alheio mantém-se constante até um determinado nível, mas se este se tornar excessivo, existirá maior risco para os credores que irão exigir uma maior rentabilidade. Esta relação entre risco e rentabilidade exigida é então proporcional. No caso em que o risco for menor, a rentabilidade exigida pelos credores também será menor.

O CMPC irá decrescer até a um ponto considerado ótimo onde o custo do capital próprio compensa o custo do capital alheio, mas a partir daí irá verificar-se um aumento dos custos de ambos os tipos de capital e que resultará também num aumento do CMPC.

2.1.2 Abordagem de Modigliani e Miller

Modigliani e Miller (1958) mostram que, na ausência de impostos, o valor de uma empresa não depende da sua alavancagem financeira. Os autores partiram do princípio de que não existem impostos, nem custos de transação, nem mesmo custos de falência e concluíram que a estrutura de capitais é irrelevante, pois não afeta o seu valor de mercado, uma vez que o custo de capital da empresa é o mesmo para qualquer nível de endividamento.

Neste cenário, também deixam de existir outros custos de insolvência, agência e também os benefícios do endividamento. O valor da empresa não é afetado pela estrutura de capitais.

Em 1963, os mesmos autores reavaliaram o modelo analisando o impacto da consideração de impostos sob várias formas. Nesta revalidação já consideram que o valor de mercado de uma empresa é influenciado pela sua estrutura de capitais, em que o valor de mercado de uma empresa endividada é equivalente a uma empresa não endividada, acrescido do valor dos benefícios fiscais associados ao endividamento.

2.1.3 Teoria Trade Off

Em 1984, Stewart Myers introduziu a abordagem *Trade-off* que é vista como uma relativização das situações extremas inerentes à abordagem clássica das decisões sobre a estrutura de capitais, sendo um rácio ótimo entre capitais próprios e a dívida. Esta teoria tem como principal pressuposto que o benefício fiscal obtido através do uso da dívida permite às empresas diminuir a sua carga fiscal pois permite-lhes deduzir fiscalmente os custos suportados pela sua utilização, fazendo assim com que o seu custo efetivo seja menor sempre com o objetivo de maximização do valor da empresa.

O principal pressuposto desta teoria é de que o benefício fiscal que é obtido através do recurso ao uso da dívida permite às empresas obter uma diminuição da carga fiscal, devido aos custos suportados pela utilização da dívida serem fiscalmente dedutíveis, o que torna o seu custo efetivo menor.

Myers (1984) defende que uma estrutura de capital ótima se obtêm através da combinação entre o benefício fiscal do endividamento e os custos de falência.

Apesar do uso de capital externo aumentar o risco a que a empresa está exposta, a taxa de retorno do endividamento também será mais elevada. Associados ao endividamento estão também os custos de falência, que inevitavelmente são limitadores do grau de endividamento da organização. Concluindo, esta teoria defende que apenas se houver um equilíbrio entre estes fatores é que poderá haver um aumento do valor da empresa.

Brigham e Houston (1999), referem que existe um grau de recurso a capital alheio em que não se verifica a existência de risco de falência, mas que um aumento excessivo do nível de capital alheio na estrutura de capitais poderá aumentar também os custos de falência devido à redução significativa dos benefícios fiscais inerentes ao endividamento.

2.1.4 Teoria *Pecking Order*

Também em 1984, Myers e Majluf, criaram a Teoria *Pecking Order* na qual afirmam que as empresas se financiam preferencialmente por autofinanciamento, ou seja, através de capitais gerados internamente, e que ajustam a sua política de dividendos conforme as oportunidades de investimento e *cash-flows* gerados.

Apenas caso o autofinanciamento não seja suficiente é que as empresas irão então optar na mesma por financiamento externo, só que na forma de empréstimos, dado ser a forma mais segura de emissão de títulos.

Em último recurso, optam pela emissão de títulos híbridos e capital próprio, sendo que esta última é a que tem maiores custos de informação.

Estes autores referem que não existe uma estrutura ótima de capitais e que as empresas irão optar por seguir a hierarquia acima mencionada, optando primeiramente pela forma de financiamento que tem menos problemas associados a assimetria de informação e apenas se essa fonte não for suficiente é as empresas se devem sujeitar as assimetrias de informação existentes tanto nos empréstimos como na emissão de títulos híbridos e principalmente na emissão de capital próprio.

2.1.5 Teoria da Sinalização

Outra teoria existente no que diz respeito às decisões sobre a estrutura de capitais é a teoria da sinalização. Esta foi impulsionada por Ross (1977) e por Leland e Pyle (1977)

e tem como base de que há assimetria de informação, ou seja, que os agentes económicos não têm todos igual acesso à informação e os gestores são quem têm maior acesso a informações sobre as suas empresas comparativamente ao mercado. Quando há uma alteração na estrutura de capital, relacionada com o aumento de dívida, de uma determinada empresa, está a ser emitido um sinal sobre a qualidade da organização ao mercado, isto é que existem boas perspetivas futuras para esta empresa. Geralmente empresas de grande dimensão terão maior facilidade no acesso a financiamento externo, uma vez que as assimetrias de informação verificadas serão menores, e com menores custos. O pressuposto desta teoria é que o mercado consegue fazer uma distinção entre sinais bons e sinais maus. Assim, a emissão de bons sinais tem um custo, sendo que estes são emitidos à priori e posteriormente verificados pelo mercado. As empresas suportam os incentivos à respetiva emissão dos bons sinais para o mercado, mas também tem penalizações relativas à emissão de maus sinais. Os maus sinais são assim vistos pelo mercado como um sinal de que a organização não terá boas perspetivas futuras.

2.1.6 Teoria dos Custos de Agência

Jensen e Meckling (1976) investigaram a relação entre os custos de agência e a estrutura de capitais. Estes definiram uma relação de agência como uma relação que envolve um contrato entre uma ou mais pessoas, considerada a parte principal, que contrata outro agente, para realizar um serviço em seu favor através da delegação de algum poder de decisão para o agente.

Os mesmos autores referem também que nem sempre o agente irá agir de acordo com os interesses da parte principal, este tipo de conflito de interesse é intitulado de conflito de agência. Os problemas de agência ocorrem quando o agente toma decisões para seu próprio interesse, sem concretizar os interesses da parte principal.

Segundo Pinho (2013) existem dois tipos de custos de agência. Os que ocorrem devido a conflitos entre gestores e acionistas são considerados custos de agência do capital próprio e os que ocorrem entre credores e acionistas, denominados de custos de agência do capital alheio.

Jensen e Meckling (1976) afirmam que a existência de custos de agência pode ser atenuada de duas formas:

- Aumento da dívida;
- Aumento da participação dos gestores, de forma que os interesses destes estejam alinhados com a organização.

Uma maior utilização da dívida e o consequente aumento de juros pagos fará com que haja uma redução dos *cash-flows* disponíveis e uma redução dos custos de agência relacionados com os excedentes.

Também o aumento do endividamento ajudaria a atenuar os custos de agência dado que uma redução dos excedentes possibilitaria uma expansão da organização e um aumento do seu valor. De ressaltar que o aumento do endividamento pode aumentar os custos de agência dos capitais alheios, uma vez que um nível de endividamento mais elevado pode criar conflitos entre os credores e os acionistas.

Estes custos de agência existem uma vez que um aumento do nível de capital alheio poderá fazer com que os acionistas tomem decisões de investimento em que estão a privilegiar o aumento do valor do capital próprio, ou seja, agir em benefício próprio.

2.2 Financiamento e moratórias

A pandemia do COVID-19 teve impacto nos mais diversos setores da sociedade, afetando de forma profunda a atividade económica em Portugal e no resto mundo. Em 2020 foi verificada uma quebra acentuada no produto interno bruto internacional que, de acordo com o boletim económico do Banco de Portugal, se cifrou em 3,5 %. Esta redução do produto interno bruto (PIB) foi extensível a todas as economias avançadas e a um conjunto alargado de países emergentes e em desenvolvimento.

A queda acentuada da atividade económica foi o espelho do impacto da pandemia do COVID-19, nomeadamente na redução na atividade da indústria, comércio e serviços, e essencialmente no impacto no mercado de trabalho e numa maior instabilidade dos mercados financeiros internacionais.

A instabilidade financeira generalizada deixou milhões de pessoas e empresas incapazes de pagar suas contas. Posto isto, foi necessária a intervenção dos governos, que introduziram moratórias de empréstimos e ordens de alívio da dívida que permitiram um atraso no pagamento de dívidas ou obrigações. A moratória é, assim, um tipo de

ferramenta utilizada durante períodos de dificuldade económica como é o caso da pandemia do COVID-19.

2.2.1 Regime Legal das Moratórias a contratos de financiamento e créditos

O Decreto-Lei n.º 10-J/2020 de 26 de março decretou a existência de uma moratória pública aplicável a contratos de financiamento e créditos devido ao contexto pandémico causado pelo COVID-19. Este vigorou até 30 de setembro de 2021.

A adesão à moratória pública até 30 de setembro de 2020 possibilitou às empresas beneficiar da suspensão do pagamento das prestações do financiamento desde o momento em que a moratória foi pedida até ao dia 30 de setembro de 2021. Nos casos das empresas que apenas solicitaram as moratórias entre outubro de 2020 até março de 2021, estas puderam beneficiar da moratória por 9 meses. Os contratos de crédito abrangidos pela moratória pública a 1 de outubro de 2020 puderam beneficiar da alteração do período de vigência deste que passou a ser até 31 de setembro de 2021 conforme dito anteriormente.

Entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de março de 2021, os créditos que beneficiaram da aplicação desta medida de apoio por um período inferior a 9 meses puderam solicitar a aplicação da moratória até esta atingir o total de aplicação de 9 meses.

A entidades que beneficiavam da aplicação da moratória pública na modalidade que incluía a suspensão do reembolso de capital, pagamento de juros, comissões e outros encargos e que desenvolvessem a sua atividade em setores especialmente afetados pela pandemia como foi o caso dos setores do turismo, restauração e cultura entre outros puderam continuar a beneficiar da suspensão após 31 de março de 2021 e com vigência até 30 de setembro de 2021. Estas entidades também beneficiaram de uma extensão automática da maturidade dos empréstimos de mais 12 meses.

Já para os casos de empresas que desenvolvessem atividade em setores não tão afetados pela pandemia do COVID-19, o período suplementar de vigência da moratória apenas era aplicado ao reembolso de capital. O pagamento dos juros teria de ser retomado após 31 de maio de 2021 e até ao final do período de vigência.

Caso as empresas não pretendessem beneficiar dos efeitos do regime de moratória pública até ao termo do seu período de vigência, estas deveriam comunicar essa intenção antecipadamente, com um mínimo de 30 dias, à entidade mutuante.

O que previa a moratória era:

- Prolongamento dos créditos com pagamento de capital no final do contrato e que eram vigentes a 27 de março de 2020, por um período igual ao seu prazo de vigência. Este prolongamento teria os mesmos termos a todos os elementos associados (juros, garantias, etc).
- No que diz respeito a créditos com reembolso parcelar de capital ou com vencimento parcelar de outras prestações pecuniárias, esta prevê a suspensão do pagamento do capital, rendas e juros que tinham vencimento previsto até ao final do período da moratória. Apesar da existência de uma extensão do prazo do empréstimo por um período igual ao da duração da moratória, esta não origina qualquer incumprimento contratual.

As entidades que não pretendessem alterar o valor em dívida do empréstimo poderiam solicitar apenas a suspensão do pagamento do capital, que teria um prolongamento pelo período igual ao da aplicação da moratória. Teriam assim que continuar com o pagamento dos juros que se vencessem no período visado pela moratória.

Foi também suspensa a exigibilidade das prestações pecuniárias que estão associadas a créditos que beneficiariam das moratórias. Não foram, assim, aplicados juros de mora entre outras penalizações nestes créditos.

2.2.2 Consequências da aplicação das moratórias nas empresas beneficiárias

Segundo o relatório de estabilidade financeira do Banco de Portugal, divulgado em dezembro de 2021, nesse ano, as sociedades não financeiras (SNF) viram aumentar a sua liquidez no crédito total, aumento este causado ainda pelas moratórias e linhas de crédito garantidas pelo Estado durante a pandemia. Como foi referido anteriormente, ao longo de 2021 as moratórias terminaram, mas ainda assim foi possível observar resultados bastante positivos uma vez que não se verificou um aumento do incumprimento bancário.

Conforme podemos observar na tabela 1 foi verificada uma queda de 9,7% em termos agregados do volume de negócios das SNF, em particular nos setores mais afetados pela pandemia, como é o caso dos setores da restauração e alojamento, transportes e armazenagem e atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas. Já em setores não tão afetados pela pandemia foram verificadas variações positivas de 3,0% e 4,4% nos setores da construção e atividades de informação e comunicação, respetivamente.

	Contributo para o Valor Acrescentado Bruto		Varição do Volume de negócios
	2019	2020	2020
Sociedades não financeiras (SNF)	-	-	-9,7
Alojamento e restauração	6,1	3,6	-42,5
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,0	0,7	-35,5
Transportes e armazenagem	5,1	3,9	-24,2
Construção	4,4	4,8	3,0
Atividades de informação e comunicação	3,9	4,4	4,4

Tabela 1: Evolução do volume de negócios e do VAB, por setor de atividade | Em percentagem

Fonte: Banco de Portugal e INE

Os resultados das empresas (EBITDA) também foram afetados pela redução de atividade que ocorreu em 2020, em comparação com 2019 (-18,9%). Também a quebra no EBITDA foi mais acentuada nos setores mais afetados pela pandemia. Os valores registados foram -129,5% inferiores no setor do alojamento e restauração e de -72,4% no setor dos transportes e armazenagem, por exemplo.

Apesar da crise provocada pelo COVID-19, até junho de 2021 não se observou um aumento das insolvências de SNF, no grupo de empresas nas quais se observava uma situação financeira menos robusta no início da pandemia e que já se identificaram acima. Estas empresas beneficiaram das medidas de apoio que evitaram consequências negativas na recuperação económica e para o sistema financeiro.

O referido relatório de estabilidade financeira do Banco de Portugal publicado em dezembro de 2021 refere que o número de empresas insolventes em Portugal tinha vindo a registar um decréscimo entre 2015 e 2019 (variação média de -13%), mas em 2020 foi registado um crescimento de 8,6%, crescimento este causado pela pandemia.

Foi, mais uma vez, nos setores mais afetados pelo COVID-19 que se verificou o maior aumento de empresas com abertura de insolvência (31% em 2020). Nos setores menos afetados pela pandemia foi observada uma redução de -5% no número de empresas com abertura de insolvência. No primeiro semestre de 2021 foi verificada uma redução de 4% no número de empresas com abertura de insolvência nos setores mais afetados face ao primeiro semestre 2019.

Os setores onde foram recebidos mais pedidos de insolvência foram o do alojamento e restauração (+87% em 2020 e +48% no primeiro semestre em 2021, novamente comparando com valores do 1º semestre de 2019). Neste setor verificava-se uma menor disponibilidade de caixa, isto é, estas empresas apresentavam mais dificuldade em fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Variação percentual do número de insolvências			
	Setores mais afetados	Setores menos afetados	Alojamento e restauração
2020	+ 31%	- 5%	+ 87%
2021 Semestre 1	- 4%	- 33%	+ 48%

Tabela 2: Variação percentual do número de insolvências durante a pandemia em comparação com 2019

Fonte: Elaboração própria

Apesar do impacto da pandemia na atividade empresarial, as empresas, apesar de passarem por uma maior pressão financeira, conseguiram (em média) escapar aos pedidos de insolvência, muito devido às medidas de apoio à atividade empresarial e também às moratórias de insolvência. Com o fim destas medidas de apoio, é necessária a rápida reestruturação de empresas consideradas viáveis. Para empresas não viáveis, o processo de insolvência deverá ser célere de modo a que os recursos possam ser afetados a outras atividades.

De acordo com o citado relatório de estabilidade financeira de dezembro de 2021 do Banco de Portugal, até 2023 é esperada uma recuperação gradual da rentabilidade média das SNF, excedendo até valores registados em 2019. Nem todos os setores terão uma evolução equivalente, por exemplo, o setor de alojamento, restauração e comércio terão um perfil de evolução mais acentuado relativamente a outros setores.

Entretanto, na Tabela 3 verifica-se que em 2020 ocorreu um aumento do rácio de endividamento das SNF em percentagem do PIB, tanto em Portugal como zona euro. Note-se que Portugal tinha verificado uma diminuição deste rácio ao longo dos últimos anos, aproximando-se da média da zona euro.

	Dez 2013	Dez 2017	Dez 2018	Dez 2019	Dez 2020	Jun 2021
Dívida Bruta						
Portugal	122	100	95	93	101	100
Zona Euro	91	90	90	90	97	
Dívida líquida de depósitos						
Portugal	103	79	74	69	71	70
Zona Euro	72	67	67	66	66	

Tabela 3: Comparação internacional - Dívida das SNF | Em percentagem do PIB

Fonte: Banco de Portugal e Eurostat

De acordo com o citado relatório de estabilidade financeira do Banco de Portugal de dezembro de 2021 o total de crédito em moratória das sociedades não financeiras representava 2707 milhões de euros em outubro de 2021 (cerca de 3,6% do total do crédito a SNF).

Este montante, diz respeito a moratórias que iniciaram após o primeiro trimestre de 2021 e vigoraram até ao final do ano. Foi nos setores mais afetados pela pandemia, como é o caso da restauração e alojamento que se verifica uma maior percentagem de créditos em moratória (55% em agosto de 2021).

Com a evolução da pandemia, as medidas de apoio foram sendo revistas e seguiram o que foi adotado pelo enquadramento europeu durante o ano de 2021. Os apoios a fundo perdido como é o caso regime de *lay-off* e medidas conexas e do Programa Apoiar, representavam 2% do PIB de 2019 em setembro de 2021.

Existem diversos fatores que podem ter impacto na situação financeira das sociedades não financeiras depois do final das moratórias. Com o final das moratórias as empresas terão novamente a seu cargo o pagamento das prestações dos financiamentos, sendo que, para que a retoma dos pagamentos seja bem-sucedida, depende de diversos fatores como

são o caso medidas criadas pelo Governo para facilitar o processo de transição em empresas de setores mais afetados e também das soluções apresentadas pelas instituições bancárias que possibilitem a reestruturação dos empréstimos, por exemplo.

De modo a aumentar o financiamento de empresas afetadas pela pandemia, foi criado, em 2021, pelo Banco Europeu de Investimento, o *Pan-European Guarantee Fund* (EGF). Este fundo tem particular foco em PME's e *Mid-Caps* e ajuda a intermediar a concessão de empréstimos com garantia do EGF com o Fundo Europeu de Investimento. Para aceder a estes apoios é necessária uma avaliação de viabilidade da empresa, mas a finalidade dos empréstimos não está limitada, podendo até ser usada em fundo de maneiio.

Também em 2021, e com o objetivo de evitar o sobre-endividamento e reforçar a situação de solvência das sociedades não financeiras, foi criado o Fundo de Capitalização e Resiliência (1 300 milhões de euros).

Entretanto, no já amplamente referido Relatório de Estabilidade Financeira, publicado em dezembro de 2021 pelo Banco de Portugal, está disponível uma análise das empresas que recorreram às medidas de apoio do Governo durante a pandemia (moratórias ou crédito com garantia pública). Esta análise foi feita com base em 70% das empresas que recorreram às moratórias e foi, então, realizada uma comparação com empresas que também seriam elegíveis para aceder a estas medidas de apoio, mas que optaram por não recorrer às medidas.

Observando os dados da tabela 4, os resultados obtidos revelam que a evolução da rendibilidade é equivalente tanto para empresas que recorreram a moratórias com para empresas que eram elegíveis, mas que optaram por não recorrer a essas medidas. Pode observar-se que é esperada uma recuperação gradual de níveis de 5% em 2020 para 8,1% em 2023, em empresas que recorreram a moratórias, e de 8,2% em 2020 para 10,1% em 2023 para empresas que eram elegíveis, mas não recorreram à moratória.

No que diz respeito ao rácio de autonomia financeira (também na tabela 4) também é esperada uma evolução favorável ao longo do horizonte temporal analisado e conclui-se que para empresas que recorreram a moratórias o rácio de autonomia financeiras era de 34,6% em 2020 e tem uma previsão de crescimento até 36,9% em 2023. Já para empresas elegíveis, mas que não recorreram às medidas de apoio os valores são de 43,2% em 2020 e prevê-se que passem para 43,3% em 2023, depois de apresentarem uma ligeira quebra em 2021 (43,0%).

Foi também feita uma análise para empresas dos setores mais afetados pela pandemia do COVID-19 e os valores apresentados para o ROA eram de 3,3% em 2020 e tem perspectivas de crescimento para 10,1% em 2023, valor equivalente ao das empresas elegíveis que não recorreram às medidas de apoio como se pode observar na tabela 4.

Concluindo, os valores obtidos para estes indicadores são sempre superiores em empresas elegíveis que não recorreram à moratória, mesmo antes da pandemia e até 2023. Não é possível avaliar o impacto que teria a adesão às moratórias em empresas elegíveis uma vez que a situação económica e financeira das empresas é diferente da de empresas que aderiram à medida de apoio.

	ROA			Autonomia financeira		
	Com moratória	Elegíveis sem moratória	Com moratória: Setores mais afetados	Com moratória	Elegíveis sem moratória	Com moratória: Setores mais afetados
2019	7,7	10,3	9,8	35,3	42,5	36,6
2020	5,0	8,2	3,3	34,6	43,2	33,0
2021	6,4	9,2	6,6	34,8	43,0	32,3
2022	7,5	9,9	9,2	36,1	43,2	33,5
2023	8,1	10,1	10,1	36,9	43,3	34,4

Tabela 4: ROA e autonomia financeira das empresas que recorreram a moratória de crédito pública e de empresas elegíveis sem moratória | Em % do ativo

Fonte: Banco de Portugal

Neste relatório foi também efetuada uma análise da percentagem de empresas com capital próprio negativo e insolventes e que recorreram à moratória de crédito pública e comparando-as com empresas nas mesmas circunstâncias de elegibilidade, mas que optaram por não usar as moratórias. Na generalidade dos indicadores de solvência apresentados na tabela 5 foi observado que estes são mais favoráveis para empresas que seriam elegíveis, mas que não recorreram à moratória quando comparadas com empresas que aderiram às moratórias. Estas diferenças podem ser justificadas pela existência de um maior risco de incumprimento em empresas que recorrem à moratória.

Quando avaliadas as empresas dos setores mais afetados e que recorreram à moratória de crédito em comparação com empresas elegíveis que não recorreram aos apoios, as

diferenças nos indicadores de solvência são de -5pp em empresas com capital próprio negativo e -5,7pp em empresas insolventes em 2023.

	Capital Próprio Negativo			Empresas Insolventes		
	Elegíveis sem moratória	Com moratória	Com moratória: Setores mais afetados	Elegíveis sem moratória	Com moratória	Com moratória: Setores mais afetados
2020	1,3	1,9	3,3	0,3	0,4	0,4
2021	3,5	6,0	8,2	2,3	1,4	2,2
2022	6,6	8,6	10,8	4,3	5,0	7,1
2023	8,4	11,6	13,4	6,5	10,3	12,2

Tabela 5: Percentagem de empresas com capital próprio negativo e insolventes em empresas que recorreram a moratória pública de crédito | Em % ponderada pelo ativo

Fonte: Banco de Portugal

2.2.3 Consequências da aplicação das moratórias nas entidades bancárias

Em setembro de 2021 ocorreu o final das moratórias aplicadas durante a pandemia. Pinheiro (2021) escreveu um artigo para o *CaixaBank Research* onde refere que foi necessário que o sistema bancário se preparasse a transição dos mutuários de modo que este processo ocorresse de forma adequada e de modo a não criar um aumento do incumprimento das organizações. Os indicadores disponíveis em Janeiro de 2021, permitem observar que mesmo apesar de existir um aumento ligeiro do incumprimento, esta transição estava a ser, no geral, bem executada.

Os bancos efetuaram um acompanhamento mais próximo a empresas que possuíam empréstimos em moratórias e possibilitaram às empresas em que foi observada uma maior dificuldade uma reestruturação e renegociação dos seus contratos de crédito. Os riscos de incumprimento verificados foram inferiores ao que era esperado pelas instituições financeiras.

O sistema bancário português irá enfrentar as consequências da pandemia com uma maior margem de manobra para lidar com o final destas medidas uma vez que conforme podemos observar na tabela 8 os indicadores de solvabilidade (7,6 em Portugal e 5,5 na UE no 3º trimestre de 2020) e liquidez (235,9 em Portugal e 171,3 na UE no mesmo

período) são superiores aos níveis médios da UE. As taxas de cobertura face a imparidades dos empréstimos também se apresentam acima da média europeia (55,9 em Portugal e 45,5 na UE no terceiro trimestre de 2020).

	2011	2014	2016	2019	2º Trimestre 2020	3º Trimestre 2020	UE (3º Trimestre 2020)
ROE	-4,0	-17,3	-3,9	4,9	0,9	1,7	2,5
ROA	-0,2	-1,2	-0,3	0,4	0,1	0,1	0,2
Taxa de cobertura	56,8	64,0	45,3	51,5	53,1	55,9	45,5
Solvabilidade	-	-	6,6	7,9	7,6	7,6	5,5
Liquidez	-	-	150,8	128,5	256,6	235,9	171,3

Tabela 6: Indicadores bancários em Portugal

Fonte: Adaptado de CaixaBank Research, baseado em dados do Banco de Portugal e Autoridade Bancária Europeia

As quebras significativas na atividade económica, resultantes da pandemia provocaram um novo desafio para o setor bancário: a contenção do risco de crédito, essencialmente após o término das moratórias e naquele período em que ainda não se irá verificar uma grande recuperação económica.

O Banco de Portugal estima que o valor acumulado das prestações não pagas devido à aplicação das moratórias em Setembro de 2021 ascenda aos 11 mil milhões de euros, para moratórias aplicadas nas empresas. As empresas onde são esperados níveis mais elevados de risco de incumprimento são as dos setores mais afetados pela pandemia. As instituições de crédito terão de optar assim por uma abordagem com base na prevenção de situações de mora ao abrigo da regulamentação de gestão de risco de crédito de incumprimento ou vencido que foi reforçado em agosto de 2021.

As instituições bancárias devem proceder a uma gestão eficiente do risco de crédito. Para isto, é fundamental que sejam pró-ativos em arranjar soluções de recuperação dos mutuários e também que façam boa avaliação da viabilidade. Para os casos em que os mutuários apresentam dificuldades, mas foram considerados viáveis na avaliação efetuada pela instituição bancária, os bancos devem proceder a uma renegociação e reestruturação do crédito, o mais antecipadamente possível através de instrumentos como as linhas de crédito com garantia do EGF e a linha Retomar.

É de esperar que os bancos apenas consigam ter uma noção real que as moratórias tiveram após o final de 2021, uma vez que os mutuários ainda estão a usufruir de alguns benefícios que obtiveram com a adesão a esta medida de apoio.

Note-se que, de acordo com o Banco de Portugal as instituições financeiras devem:

- Efetuar uma avaliação da situação dos clientes que se encontram abrangidos pelo regime das moratórias nos 30 dias anteriores ao seu fim;
- Se a instituição financeira identificar indícios de risco de incumprimento e se o cliente tiver capacidade financeira, os bancos têm o dever de apresentar uma proposta adequada à situação do seu cliente de modo a evitar o incumprimento, nos 15 dias anteriores ao final da moratória.

No caso de os clientes não conseguirem pagar as prestações do crédito após o fim moratória pública há também regras que surgiram para proteger os clientes bancários como:

- A entidade bancária não pode suspender as garantias associadas ao empréstimo alegando a não colaboração ou incapacidade de o cliente pagar o crédito nos 90 dias após o fim da moratória, no caso do cliente não conseguir proceder ao pagamento das prestações e estar integrado num processo extrajudicial de regularização de situações de incumprimento.
- Mantém-se também a ressalva de que a taxa de juro não poderá sofrer qualquer agravamento.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

3.1 Descrição da empresa

O estágio curricular foi realizado na empresa BERD – Projeto, Investigação e Engenharia de Pontes S.A., no âmbito da unidade curricular de “estágio” do Mestrado em Finanças Empresariais do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. O estágio teve a duração de 5 meses e decorreu entre outubro de 2021 e fevereiro de 2022 em horário laboral das 9:00 às 18:00.

A BERD – Projeto, Investigação e Engenharia de Pontes S.A, doravante designada por BERD, é uma empresa especializada na construção de pontes de viadutos utilizando o sistema de Pré-Esforço Orgânico (OPS). Este sistema foi desenvolvido pelo Grupo de Investigação da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto orientada pelo Professor Doutor Pedro Pacheco, fundador e atual presidente da BERD.

A BERD nasceu, assim, com o objetivo de explorar comercialmente as vantagens deste sistema, e após uma análise fundamental e numérica conclui-se que a implementação do sistema OPS era tecnologicamente exequível e fiável e economicamente viável. A BERD é então uma empresa especialista na construção de tabuleiros de pontes de grandes vãos através de equipamentos capazes de suportar grandes cargas devido à utilização da tecnologia OPS. Esta tecnologia é uma mais-valia determinante porque tem grandes vantagens ao permitir contruir com maior rapidez, reduzir o consumo de energia e de aço bem como reduzir as emissões de dióxido de carbono, tão importantes e necessárias para assegurar o futuro do nosso planeta.

Ao longo dos anos podem destacar-se alguns momentos chave na evolução da BERD. Foi em 2007 que a BERD iniciou o processo de internacionalização. Em 2008 foi assinado o primeiro contrato para a construção de uma ponte sobre o rio Cabriel em Espanha. No ano seguinte, em 2009, foi assinado o contrato para a construção de um viaduto em Sokolov-Tisova, na República Checa. E em 2010 foi assinado o contrato de recondição do viaduto (do viaduto) de Opatovicky Canal também na República Checa e um contrato para a construção de uma ponte em Creek Valley na Eslováquia.

Cerca de 3 anos volvidos após o primeiro projeto e com o sucesso alcançado em 2011, a BERD atingiu uma nova escala geográfica, assim como uma nova escala de volume de negócios, assumindo-se como um dos principais “*players*” mundiais na área de métodos construtivos de pontes. A investigação continuou e foi também neste ano que colocou em funcionamento o M60-I, equipamento que funciona de forma autónoma e permite o

abastecimento dos materiais através da parte do tabuleiro que já está construído, facilitando assim todo o processo de construção da restante obra. De salientar que este moderno processo foi usado na construção do tabuleiro do viaduto do Corgo, que é um dos mais altos da Europa e que se situa a norte de Portugal.

Em 2012, a empresa assinou os primeiros contratos no Brasil, cujos trabalhos foram iniciados em 2013, tanto em Rodoanel e Laguna. O sucesso atingido com todos os desenvolvimentos efetuados, impulsionou a investigação para novas conquistas. Assim, em 2015, a empresa assinou um contrato para a construção de viadutos ferroviários de alta velocidade na Turquia, onde foi utilizado o M1-90-S, o maior cimbri autolançável da atualidade e único no mundo. Este método construtivo alcançou um record mundial em 2016, com a execução de vãos de 90 metros com cimbri autolançável na obra da Turquia.

Em 2017, a BERD criou uma nova unidade de negócio de pontes modulares denominada MBS by BERD. Esta unidade de negócio foca-se no desenvolvimento, projeto, fabrico e montagem de pontes modulares para venda ou aluguer. Estas pontes de construção rápida e sustentável poderão ter diversos tipos de utilização, nomeadamente na substituição de pontes danificadas ou assistência a catástrofes.

No que diz respeito a I&D as principais áreas de investigação da BERD tem sido as soluções e métodos construtivos de pontes e viadutos, de modo a reduzir os custos de construção, aumentar os níveis de segurança e também a produtividade, e tem sido nota dominante na estratégia desenvolvida a preocupação com o ambiente ao desenvolver métodos de produção mais sustentáveis. Através da MBS *by* BERD, a empresa tem apostado no desenvolvimento de soluções relativas a pontes modulares de construção rápida e sustentável e, mais recentemente, tem-se desafiado na área de inteligência artificial.

Na sequência do caminho percorrido, atualmente a BERD é considerada uma referência internacional do desenvolvimento e aplicação de soluções vanguardistas na construção de pontes.

3.2 Missão, visão, valores e objetivos estratégicos

No que diz respeito à missão da empresa, a BERD pretende investigar, desenvolver e aplicar soluções de vanguarda em métodos construtivos para a construção de pontes e viadutos, nomeadamente na adoção pioneira das novas tecnologias OPS.

A visão da BERD está direcionada em ser uma referência internacional e ser líder mundial na área das soluções e métodos construtivos para a construção de pontes e viadutos, alinhada com as melhores práticas do mercado, proporcionando elevados níveis de produtividade e competência técnica e prestando um serviço de excelência aos seus clientes.

Os valores da BERD são a inovação, excelência, honestidade, responsabilidade e respeito. Estes valores são facilmente identificáveis não só nos produtos produzidos pela BERD, mas também em todos os colaboradores da empresa.

Relativamente aos objetivos estratégicos a empresa pretende permanecer na vanguarda tecnológica, mantendo a sua política de preço, a qualidade que lhe é reconhecida e o bom posicionamento da marca.

Em 2021 a BERD cumpriu os objetivos que tinha definido, apresentando um EBITDA de 1.25 milhões de euros no *main business* e no MBS e também o de conseguir mais contratos no MBS. Relativamente à nova área de negócio, a *Bridge Intelligence* (BI), relativa ao desenvolvimento de um sistema de conceção e orçamentação de pontes, tornou-se necessário rever o Plano de Negócios, devido à elevada inflação registada nos recursos humanos na indústria de *software*, mas é importante ressaltar o forte investimento por parte da Explorer no valor de 5 milhões de euros.

Para 2022 os objetivos definidos pelo presidente são os seguintes:

- Incrementar a consistência do crescimento, alcançando dois anos consecutivos (2021-2022) faturação superior a 10 milhões de Euros.
- Controlar impactos da inflação industrial, tanto na execução de negócios como na anemia do mercado.
- Atingir os 5 contratos MBS.
- Desenvolver a *Bridge Intelligence* SaaS de forma que se mantenha como objetivo o lançamento para o mercado de pelo menos um produto SaaS em 2024.

A BERD pretende, assim, tornar-se numa empresa cada vez mais global e com um maior número de produtos no seu portefólio.

3.3 Caracterização económica e financeira da empresa

Através da consulta da base de dados SABI, segue-se uma breve caracterização da evolução económica e financeira da BERD ao longo dos últimos 6 anos, de 2016 a 2021. Os valores de 2021 foram fornecidos pela empresa.

No que diz respeito ao volume de negócios, como podemos observar na tabela 7, este foi crescendo ao longo dos 6 anos referidos, apresentando uma ligeira diminuição em 2017 e depois em 2020 onde se viveu um contexto de pandemia mundial devido ao COVID-19. Em 2016, a BERD apresentava um volume de negócios de 6 013 477 milhões de euros. Em 2017, foi registada uma ligeira quebra e o volume de negócios foi de 5 656 603 milhões de euros. Em 2018 e 2019 foram os anos onde foi registado maior aumento, 8 098 508 milhões de euros em 2018 e 19 703 797 milhões de euros em 2019. Devido à pandemia do COVID-19 em 2020, o volume de negócios registou uma descida acentuada passando para 1 164 418 milhões de euros. Em 2021 e com a retoma da atividade económica o volume de negócios da BERD voltou a registar um aumento significativo, situando-se nos 11 063 284 milhões de euros.

Volume de Negócios					
2016	2017	2018	2019	2020	2021
6 013 477	5 656 603	8 098 508	19 703 797	1 164 418	11 063 284

Tabela 7: Volume de negócios BERD | Valores em euros

Fonte: SABI e Relatório & Contas BERD 2021

Analisando a tabela 8 respeitante aos resultados da BERD entre 2016 e 2021, os valores apresentados foram registando algumas variações ao longo dos anos, registando um decréscimo até valores negativos em 2020 devido à pandemia. O resultado líquido do exercício em 2016 foi de 518 519 mil euros. Em 2017 esta variável decresceu e registou valores de 107 286 mil euros. Entre 2018 e 2019 os resultados da BERD registaram aumentos passando de 191 549 mil euros em 2018 para 356 812 mil euros em 2019. Em

2020 o valor foi de – 1 618 151 milhões de euros. Os valores apresentados de 2016 a 2019 demonstram que a empresa é capaz de gerar lucros após a dedução de todos os custos do exercício. Em 2020 os valores negativos apresentados devem-se à pandemia mundial e em 2021, com a retoma da atividade económica a BERD apresentou uma evolução favorável, apesar de ainda apresentar prejuízo. Em 2022 é expectável que a BERD volte a apresentar melhores lucros.

Resultado líquido					
2016	2017	2018	2019	2020	2021
518 519	107 286	191 549	356 812	-1 618 151	-539 263

Tabela 8: Resultado líquido do exercício da BERD | Valores em euros

Fonte: SABI e Relatório & Contas BERD 2021

Relativamente ao rácio de liquidez os valores apresentados entre 2016 e 2021 são sempre superiores a 1 o que significa que o ativo corrente cobre todas as dívidas de curto prazo (ver tabela 9). O ano em que o rácio de liquidez foi mais elevado foi em 2020, onde o valor apresentado foi de 3.75. Em 2018 o valor para o rácio de liquidez foi de 1.27, valor mais baixo dos últimos 6 anos, mas que ainda assim revela que a BERD não enfrentou problemas de liquidez.

Rácio de liquidez					
2016	2017	2018	2019	2020	2021
1,61	1,70	1,27	1,58	3,75	2,10

Tabela 9: Rácio de liquidez da BERD

Fonte: SABI e Relatório & Contas BERD 2021

O rácio relativo ao retorno sobre ativos (ROA) apresentou valores positivos entre 2016 e 2019 (ver tabela 10). Ao apresentar valores entre os 0,27 e 2.80 nesses anos pode concluir-se que os negócios efetuados pela BERD são eficientes e capazes de gerar retorno para os seus acionistas. Uma das razões para empresas apresentarem um ROA negativo é uma crise económica, pelo que precisamente em 2020, ano em que a pandemia de COVID-19

afetou a europa e o mundo, a BERD apresentou um ROA de – 8.72. Com a evolução favorável da pandemia e a retoma da atividade económica, em 2021, os valores apresentados para o ROA registaram uma evolução favorável, ainda que negativos e é de esperar que voltem a ser positivos já em 2022.

Retorno sobre Ativos					
2016	2017	2018	2019	2020	2021
0,70	0,27	0,29	2,80	-8,72	-2,87

Tabela 10: Retorno sobre Ativos da BERD

Fonte: SABI e Relatório & Contas BERD 2021

Relativamente ao rácio da autonomia financeira, este mede qual a percentagem de ativo de uma empresa que é financiado por capitais próprios. No caso da BERD entre 2016 e 2019 os valores foram variando ao longo dos anos, apresentando-se com valores inferiores a 50% (ver tabela 11). Em 2016, 2017 e 2019 os valores deste rácio estavam compreendidos entre os 42% e os 43% pelo que pode dizer-se que a empresa apresenta valores aceitáveis e não está nem demasiado dependente dos capitais próprios nem de capitais alheios. Em 2018 e 2020 os valores deste indicador foram de 37% e 34% respetivamente. Apesar de mais próximo dos 30%, valor para o qual este rácio é considerado baixo, a empresa não se encontra dependente de financiamento externo e apresenta ao longo dos últimos 6 anos rácios de autonomia financeira aceitáveis. Em 2021, o valor apresentado foi de 25% pelo que é considerado baixo o que pode indicar uma elevada dependência de fontes de financiamento externo.

Autonomia Financeira					
2016	2017	2018	2019	2020	2021
42	43	37	42	34	25

Tabela 11: Autonomia financeira da BERD | Em percentagem

Fonte: SABI e Relatório & Contas BERD 2021

Nos últimos 6 anos a BERD tem mantido o número de empregados relativamente constante, entre 39 e 46 empregados de 2016 a 2021 (ver tabela 12).

Número de Empregados					
2016	2017	2018	2019	2020	2021
42	39	44	46	45	46

Tabela 12: Número de empregados da BERD

Fonte: SABI e dados internos BERD

CAPÍTULO IV – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O estágio curricular foi realizado na empresa BERD – Projeto, Investigação e Engenharia de Pontes S.A., no âmbito da unidade curricular de “estágio” do Mestrado em Finanças Empresariais do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. O estágio decorreu no Departamento Administrativo e Financeiro (AFD) da BERD e as atividades que realizei foram essencialmente na área do controlo de gestão, recursos humanos e também na área contabilística.

4.1 Relatórios de despesas

Como foi perceptível no capítulo anterior, a BERD tem projetos espalhados um pouco por todo o mundo, pelo que os seus colaboradores viajam ao serviço da empresa e tem despesas relacionadas com *Travel and Living* (TnL) e entre outras despesas que serão posteriormente reembolsadas pela empresa.

A tarefa de realização dos relatórios de despesas relativos estava assim dividida em várias etapas. Em primeiro lugar, era-me pedido para extrair dos sites dos bancos os extratos dos cartões de crédito. Foi-me disponibilizado um ficheiro Excel onde tinha de colocar todos os movimentos do extrato de cada banco, no caso para extratos de cartão de crédito a BERD tinha movimentos em dois bancos diferentes. Posteriormente usava a macro disponível nesse ficheiro que separava automaticamente os extratos por colaborador.

Após a separação por colaborador, os ficheiros mensais individuais eram colocados na pasta de cada um na plataforma *Sharepoint*, plataforma que pertence à Microsoft e que facilitava a partilha de documentação online com os colaboradores e onde era possível através de permissões que os diferentes colaboradores acessem apenas e só à sua pasta.

O ficheiro do relatório de despesas contém uma página de rosto onde constam o total das despesas, o total dos levantamentos, as devoluções de dinheiro à caixa e o valor final a pagar pelo colaborador à empresa ou a reembolsar ao colaborador pela empresa (ver figura 1), uma *sheet* onde está extrato bancário mensal (ver figura 2), uma *sheet* para as despesas em dinheiro (ver figura 3) e outra onde constam os levantamentos e devoluções de dinheiro (ver figura 4). Ao analisar os extratos tinha sempre que verificar se havia levantamentos, para os registar na *sheet* própria e posteriormente registar as despesas de em dinheiro com a respetiva data, nome do comércio, montante na moeda original, tipo de despesa e centro de custo. No caso de se tratar de despesas em outra moeda que não o

euro, também é necessário colocar a taxa de câmbio e o montante da despesa na moeda original. A taxa de câmbio era obtida no site do banco de Portugal e tinha-se como regra que a taxa utilizada ao longo de todo o relatório seria a mesma. Ainda relacionado com os levantamentos, o colaborador pode também fazer devoluções à caixa, sendo que neste caso tinha que verificar os registos na folha de caixa e, no caso de existirem devoluções por parte do colaborador, registar o valor devolvido no respetivo relatório de despesa com a data em que ocorreu.

Os relatórios de despesas dos administradores eram elaborados pelo departamento de AFD. Para a elaboração dos relatórios dos administradores, estes entregavam as faturas ao departamento que deviam ser alocadas aos diferentes relatórios, colocado o centro de custo referente e o tipo de despesa e ser posteriormente digitalizadas separadamente para serem enviadas para a empresa de contabilidade subcontratada.

No que diz respeito aos relatórios de despesas dos colaboradores, a tarefa que realizava era apenas a de verificar se todos os movimentos do relatório tinham documento de suporte digitalizado e colocado na plataforma e se o tipo de despesa e o centro de custo estavam corretos. O documento digitalizado devia conter o número de contribuinte da BERD. No caso de se tratar de despesas no estrangeiro não é obrigatório ter o número de contribuinte da BERD, mas sempre que fosse possível este devia constar na fatura.

Como foi anteriormente referido, na página principal do relatório consta o valor a reembolsar pela empresa ou pelo colaborador à empresa. O colaborador devia, assim, assinar o relatório, após este ser revisto por mim e posteriormente aprovado por um administrador, digitalizado e enviado para a empresa de contabilidade subcontratada. Para a aprovação por parte dos administradores a folha de rosto de cada relatório era impressa e entregue por mim ao administrador para que ele o assinasse. Foi sugerido que estas assinaturas passassem a ser digitais, sempre que possível, de modo a facilitar o processo de recolha de assinaturas.

Para efetuar o envio dos relatórios já finalizados, a BERD criou uma pasta no *Sharepoint* onde a empresa de contabilidade conseguia ter acesso, após o envio de um link, às pastas onde eram colocados os relatórios já finalizados dos vários colaboradores. Antes de se proceder ao envio do link eram verificados todos os centros de custo de modo a garantir que as despesas estavam alocadas ao projeto correto.

Para controlo interno existem ficheiros em Excel onde consta se o relatório dos colaboradores está pendente, revisto ou enviado e o respetivo valor a reembolsar. Para o ano de 2022, foi-me pedido para formatar ficheiros de controlo para os relatórios de ambos os bancos com os quais a BERD tinha cartões de crédito e assim, aproveitar para explorar várias funções disponíveis no Excel.

Ao longo do estágio fomos percebendo que a realização de relatórios de despesas, especialmente em relatórios de colaboradores com estadia prolongada no estrangeiro (EPE), era bastante trabalhosa. Estes colaboradores passavam bastante tempo fora do país e acumulavam um elevado número de faturas diárias fruto de despesas do dia-a-dia. Também o processo de revisão por parte do departamento era bastante demorado, pelo que se tornou necessário implementar uma nova modalidade, o método de ajudas de custo para este tipo de colaboradores que abordarei a seguir.

A partir de março entrou em vigor um novo regulamento para a modalidade de ajudas de custo para deslocações ao estrangeiro de colaboradores BERD, dos quais se excluem colaboradores com funções comerciais e membros do Conselho de Administração. Estas ajudas de custo servem assim para compensar as despesas acrescidas pelas deslocações, nomeadamente despesas de alimentação e subsistência.

Foi definido pelo nosso departamento que as deslocações ao estrangeiro devem ser autorizadas previamente pelo Diretor da área técnica da BERD e posteriormente os colaboradores devem preencher um ficheiro Excel próprio onde consta o país destino, a data, o centro de custo e o motivo da deslocação.

Os colaboradores irão receber um valor diário como compensação em função do país em que se encontram. O cálculo do valor diário foi feito com base no custo de vida de cada país e o pagamento é feito mensalmente pela BERD, juntamente com o processo salarial.

Com a alteração para este método de ajudas de custo o processo fica bastante facilitado para os colaboradores que viajam para o estrangeiro dado que deixam de ter que preencher os relatórios de despesas, que por vezes eram bastante extensos e também de digitalizar as faturas individualmente.

Foi-me dada a possibilidade de obter o feedback de um dos colaboradores abrangidos por esta medida e a implementação tem tido um feedback bastante positivo dado que este considera mais vantajoso receber um valor diário durante a estadia, podendo gerir o valor

diário da forma mais conveniente, conseguindo até ter algum retorno e evitar o processo demorado de preencher um relatório de despesas com bastantes faturas. Também no departamento foram notadas bastantes melhorias pois os relatórios de despesas existentes de colaboradores em Portugal são bastante menos extensos e mais fáceis de rever.

4.2 Processamento de férias e ausências

O controlo de férias e ausências era feito através de um ficheiro Excel para o efeito. Este ficheiro era atualizado mensalmente através das informações que chegavam por *email* e tinha que ser atualizado com os dias de férias solicitados pelos diferentes colaboradores. Também as ausências como licenças e baixas médicas eram registadas neste ficheiro.

O processo de marcação de férias era efetuado através do contacto com os respetivos diretores de departamento e posteriormente comunicado ao departamento de AFD.

Neste ficheiro constavam todos os colaboradores da empresa, identificados com o respetivo número interno. Este ficheiro de controlo tinha também uma coluna referente ao saldo atual de férias e cada um e o número de dias já utilizados. No final de cada vez tinha também a soma do total das horas que o colaborador trabalhou por mês.

Para o ano de 2021 foi-me pedido para fazer as devidas atualizações sempre que era comunicada a marcação de férias ou se registavam ausências. Para o ano de 2022 foi necessário realizar um novo ficheiro com o calendário do ano referido. Num ficheiro Excel, fiz a formatação do calendário para 2022 nos mesmos moldes do ficheiro do ano anterior onde constam todos os feriados do ano, os fins de semana e os dias de trabalho com 8 horas diárias nos dias da semana e que posteriormente será atualizado quando o colaborador marcar os seus dias de férias. Após a marcação dos dias de férias dos ficheiros as 8 horas passam a 0 no ficheiro. No final de cada mês o ficheiro continha uma coluna com o total de horas que cada colaborador trabalhou.

4.3 Deslocações em viatura própria

Outra das tarefas a realizar mensalmente era o registo de deslocações em viatura própria para anexar ao processamento salarial.

Todos os meses era enviado um *email* para todos os colaboradores a pedir os registos das deslocações na própria viatura onde estes deviam enviar as informações seguintes: data, origem e destino, distância percorrida, centro de custo, marca, modelo e matrícula de viatura e qual o motivo da deslocação efetuada. Todas estas deslocações efetuadas deviam ser aprovadas previamente pelos diretores de departamento ou administradores.

O departamento de AFD dispunha de um *template* em Excel (anexo 1) onde eu preenchia todas as parcelas consoante o que era enviado pelos colaboradores. O ficheiro continha células de cálculo automático onde após o preenchimento da distância percorrida se obtinha o valor que o colaborador tinha a receber (0,36€ x distância percorrida).

Para finalizar a tarefa tinha que pedir as assinaturas ao declarante ao diretor de departamento e posteriormente arquivar estes documentos em pasta própria. Sempre que possível as assinaturas deviam ser feitas digitalmente de modo a facilitar o processo.

4.4 Atualização dos vários planos de financiamento – com entrevista ao diretor financeiro da BERD

A BERD tinha em curso diversos financiamentos em diferentes bancos. Como forma de controlo dos diversos planos de financiamento, foi criado um ficheiro Excel com os diversos planos financeiros dos diferentes bancos. Foi-me pedido para eu proceder a atualização do ficheiro uma vez que na anterior atualização ainda vigoravam as moratórias e poderiam existir diferenças nos valores que os bancos estavam a considerar.

O objetivo da atualização era de, para cada um dos financiamentos, separar entre amortização de capital, comissões e imposto de selo. Para proceder a atualização destas informações foi necessário consultar os sites dos vários bancos e também os planos de financiamento que já constavam no arquivo digital da empresa.

De forma a ter um ficheiro intuitivo e de fácil consulta, organizei os financiamentos por banco e coloquei informações como nome, entidade bancária e valor do financiamento para ser mais fácil de identificar e analisar cada financiamento. Todos os planos de financiamento continham uma coluna para cada um dos seguintes dados: data da renda, ano, mês, estimativa de juros, valor da amortização de capital, valor das comissões, valor dos juros + comissões onde se considerava o imposto de selo de 4%, o *cash-flow*, capital em dívida e a taxa utilizada.

A BERD aderiu às moratórias públicas disponíveis devido ao contexto pandêmico que se iniciou em 2020, o que a possibilitou de beneficiar da suspensão do pagamento das prestações do financiamento.

Entretanto, tive a oportunidade de realizar uma pequena entrevista ao diretor financeiro da BERD (Apêndice II) onde pude perceber a importância que esta medida teve no negócio da empresa uma vez que foi referido que o pipeline comercial da empresa congelou e apenas registou uma retoma em finais de 2020. A existência desta medida permitiu à empresa acompanhar o congelamento da atividade comercial, isto é, quando não existia tanta atividade também foi permitido o não pagamento dos financiamentos. Quando houve uma retoma da atividade, a BERD começou novamente a fechar contratos preparando-se assim para fazer face ao fim das moratórias. O diretor financeiro concluiu assim que a existência desta medida foi bastante importante para que a BERD pudesse retomar a sua atividade e manter a persistente tendência de crescimento que tinha registado antes do início da pandemia.

4.5 Reconciliações bancárias mensais

A contabilidade da BERD era realizada por uma empresa subcontratada. No caso das reconciliações bancárias, a empresa enviava um ficheiro Excel com os movimentos que se encontravam pendentes, isto é, constavam nos extratos bancários dos diferentes bancos onde a BERD tem conta aberta, mas que a empresa de contabilidade não encontrava o documento de suporte correspondente.

A tarefa que realizava era a de identificar de que tipo de movimentos se tratavam e extrair o documento suporte relativo ao movimento. Muitos dos movimentos identificados com documento de suporte em falta referiam-se a pagamentos efetuados por multibanco e os respetivos documentos seriam enviados pela assistente executiva num ficheiro à parte. Neste tipo de movimentos apenas colocava o comentário de que eram referentes a pagamentos multibanco. Já nos restantes movimentos pendentes muitas das vezes referiam-se a compras, transferências de clientes, pagamentos a fornecedores, comissões bancárias cobradas pelos bancos e transferências entre contas BERD e depósitos a prazo.

Para estes casos e consoante o tipo de movimento identificado devia extrair o documento de suporte e colocar numa pasta que posteriormente seria partilhada através de um link

com a empresa de contabilidade. No documento Excel colocava em comentário o nome do documento para que fosse mais fácil a sua alocação ao movimento.

Nem sempre todos os movimentos eram de fácil identificação pelo que nestes casos estes movimentos ficavam pendentes na reconciliação bancária e eram analisados pelo nosso departamento e posteriormente seria enviado o documento de suporte se disponível, senão era apenas mencionado nos comentários do ficheiro a que se referia o movimento em questão.

4.6 Instruções bancárias

Ainda relacionado com a tesouraria da empresa e em virtude do cumprimento de obrigações relacionadas com os vários financiamentos que a BERD efetuou foi necessário realizar pedidos de transferências entre contas, entre bancos e desmobilização de depósitos a prazo aos bancos.

Para que os bancos acessem a estes pedidos era necessário enviar uma instrução por correio em papel aos diferentes bancos para que estes realizassem as operações pretendidas. Neste caso, a BERD já possui *templates* para o efeito nos quais me era pedido para completar com informações como o destinatário, no caso a que banco se dirigia a instrução, qual a operação a realizar e qual o NIB das contas onde devia ser debitado e creditado o montante pretendido. Na instrução também devia constar qual o titular da conta em questão quando se tratava de transferências interbancárias.

Para formalizar o pedido estes documentos deviam ser devidamente carimbados, assinados por dois administradores e posteriormente enviado o original para os bancos. De forma que os documentos chegassem de forma mais célere aos bancos, era contratado um serviço onde um estafeta efetuava a recolha da documentação na sede da BERD e entregava no respetivo banco. Era-me pedido para colocar as instruções bancárias em envelopes devidamente preenchidos com remetente e destinatário, envelopes que seriam posteriormente entregues ao estafeta que os entregaria no banco respetivo.

Era prática da empresa digitalizar sempre a documentação original e proceder ao seu arquivo digital antes de enviar os documentos.

4.7 Lançamento de faturas

Como foi dito anteriormente a contabilidade da BERD é efetuada por uma empresa subcontratada, por isso, apenas era feito o registo das várias faturas que eram recebidas, tanto por correio em papel como por *email*, num ficheiro Excel para o efeito.

Nesse ficheiro constavam informações como a data de emissão, data de vencimento, nome, valor, e descritivo e por que diretor de departamento foram aprovadas. Todas as faturas aprovadas deviam mencionar o centro de custo a que se refere a despesa. Para cada uma das faturas era necessário eu preencher as informações listadas anteriormente e em seguida para todas as faturas enviadas em papel era necessário proceder a sua digitalização e arquivo. De forma a ser mais fácil de encontrar as faturas no arquivo físico estas estavam arquivadas por mês.

4.8 Arquivo digital de documentos contabilísticos

É importante ter um arquivo digital organizado e completo para que sempre que fosse necessária a consulta de algum documento fosse fácil de o encontrar na rede. Deste modo era-me pedido, essencialmente, a extração dos diversos extratos bancários dos vários bancos entre outra documentação bancária.

Também relativamente a relatórios de despesa, a BERD tem todos estes ficheiros devidamente digitalizados após estarem assinados e organizados por mês e esta era também uma das minhas funções, garantir q o arquivo digital estava sempre atualizado.

4.9 Mapa de tesouraria – *Net Debt*

Ao longo do estágio foi-me pedido para atualizar várias vezes o mapa de tesouraria. Esta é uma ferramenta fundamental para os gestores, uma vez que mostra de uma forma simples como está a tesouraria da empresa. Dado que a BERD tem vários financiamentos, em diferentes bancos é importante que este se mantenha atualizado de forma a perceber se há capital para cumprir com as obrigações e não entrar em incumprimento. Também devido há existência de diversos projetos em curso era necessário atualizar estes mapas para existir uma noção de como estavam a ocorrer os diversos recebimentos dos projetos.

Este mapa contém a informação sobre os vários empréstimos contraídos aos diferentes bancos, e relacionado com a tesouraria, a informação sobre depósitos a prazo e depósitos à ordem.

Através do acesso online aos bancos era possível aceder a todas as informações necessárias para a atualização do mapa, consultado os valores nos depósitos à ordem, depósitos a prazo e também aos diferentes planos de financiamento feitos em diversos bancos.

O ficheiro Excel continha assim várias parcelas com os diferentes valores relativos aos financiamentos, tendo uma célula relativa ao total de financiamentos obtidos. O mesmo acontecia com o total de depósitos a prazo e depósitos à ordem e o total da tesouraria. Por fim, era apresentado o valor da dívida líquida denominado como *NET DEBT*.

4.10 Controlo de recebimentos de projetos

A BERD tem vários projetos a decorrer pelo que é necessário haver um controlo individual para os recebimentos de cada projeto. Posto isto, para cada projeto existe um ficheiro Excel onde constam o montante total do contrato, as condições de pagamento e uma tabela com os vários eventos de pagamento com a devida designação e valor.

Durante o estágio, a tarefa prendeu-se maioritariamente com o preenchimento de ficheiros Excel já existentes dado que os projetos já estavam em curso à minha chegada. Apenas para um dos projetos foi necessário criar um ficheiro de raiz. Para este caso foi necessário efetuar a leitura do contrato do projeto em questão, retirar as informações necessárias que devem constar no Excel de controlo e colocar numa *sheet* a parte prints do contrato que fundamentam a informação colocada na *sheet* de controlo.

De forma a tornar mais fácil a leitura do ficheiro, à frente da tabela onde estão designados os vários eventos do contrato é colocada uma tabela onde serão registadas informações como o número da fatura emitida pela BERD relacionada com o evento em questão, o valor da fatura emitida, a data de emissão e a data de vencimento de cada fatura e a data de recebimento. À medida que a BERD recebe os pagamentos é registada a data em que foi recebida a transferência do cliente e um print do banco referente à transação existente como forma de comprovativo para consulta futura se necessário.

Nem sempre os pagamentos efetuados pelos clientes seguem o planeamento inicialmente descrito no contrato. Nestes casos é necessário colocar no ficheiro dos recebimentos as informações das várias faturas emitidas relacionadas com cada evento e colocar nas notas a que eventos se referem os pagamentos realizados.

4.10.1 Créditos documentários de exportação

Para um dos mais recentes projetos a BERD optou pela utilização do crédito documentário. Este método de pagamento concilia os interesses opostos das partes integrantes do contrato comercial, o exportador e o importador. A entidade bancária funciona como intermediário e tem como função assegurar ao exportador o recebimento do valor da mercadoria e permitir ao importador que o pagamento realizado corresponde à mercadoria adquirida.

A carta de crédito contém todas as informações relativas à documentação que deve ser enviada para a entidade bancária, neste caso o departamento AFD trabalha em conjunto com a responsável pela logística de modo a ter em conformidade toda a documentação necessária para envio para o banco.

Para o desenvolvimento desta tarefa era necessário estar por dentro de todas as informações relativas aos vários documentos a submeter ao banco. Para isto foi necessária uma leitura cuidada da carta de crédito de forma a entender todos os detalhes exigidos pela entidade bancária. No caso deste projeto, os vários pagamentos relativos ao crédito documentário aconteciam após cada embarque de mercadoria, ou seja, após o embarque era necessário proceder ao envio da documentação original para o banco. Para este processo era necessário reunir toda a documentação: fatura comercial¹, *bill of lading*²,

¹ Fatura emitida pela BERD ao cliente.

² Documento que acompanha o transporte e que contém a origem e destino da mercadoria, indica qual a mercadoria que foi carregada e a data da carga.

certificado de seguro³, *packing list*⁴, certificado de garantia⁵, certificado de testes⁶, certificado de origem⁷ e certificado de inspeção⁸.

Desta lista de documentos a submeter apenas a fatura, a *packing list* e os certificados de garantias e de testes eram emitidos pela BERD. Os restantes documentos eram emitidos por entidades terceiras pelo que, no caso da entidade bancária identificar alguma divergência, era mais difícil solucionar e colocar o documento em conformidade.

Para acompanhar a documentação a enviar para o banco era necessário preparar uma carta onde era mencionada a lista de todos os documentos constantes no envelope de envio. Neste caso, para cada embarque era-me pedido para escrever a carta onde eram mencionados os documentos que seriam enviados, recolher a assinatura de um dos administradores e carimbar o documento.

Se após o primeiro envio de documentação a entidade bancária identificasse divergências, prontamente o departamento de AFD e o departamento de logística reuniam de forma a corrigir as não conformidades e proceder ao reenvio da documentação para o banco. Também o reenvio da documentação era acompanhado de uma nova carta escrita por mim, assinada por um administrador e carimbada e onde eram mencionados quais os documentos a ser enviados com as devidas correções.

Em todos os envios efetuados também preparava o envelope onde seria enviada a documentação com remetente e destinatário, colocava a documentação no seu interior juntamente com a carta e entregava tudo à assistente executiva que tratava de proceder ao seu envio.

Dada a importância dos recebimentos que o projeto em questão tinha na tesouraria da BERD, era de elevada importância a confirmação de que tudo estava em conformidade nos envios das correções das divergências pois seria a partir destas correções que seria efetuado o pagamento por parte da entidade bancária. No caso de existirem algumas

³ Documento referente a uma apólice de seguro e que deve ser emitido e assinado por uma companhia de seguros e onde deve estar evidenciada qual o montante da cobertura do seguro e a data a partir da qual este é válido, que não deve ser posterior à data de embarque.

⁴ Lista de toda a mercadoria que seguirá no embarque, detalhando o que vai em cada contentor.

⁵ Documento que menciona qual a duração da garantia para defeitos de fabrico.

⁶ Documento que refere quais foram os testes efetuados à mercadoria durante o seu processo de fabrico.

⁷ Documento onde consta informações sobre quem vai expedir a mercadoria, qual o destinatário, o meio de transporte e uma descrição da mercadoria. É emitido por uma entidade competente que certifica a origem e destino da mercadoria.

⁸ Documento enviado por uma empresa externa que inspeciona a mercadoria e valida o processo de carregamento dos contentores.

divergências que não fossem passíveis de correção, o banco em Portugal comunicava ao banco do país da obra quais as divergências existentes. Posteriormente estas eram comunicadas ao cliente para que este estivesse ao corrente da situação, mas geralmente não teria implicações no pagamento à BERD.

O estágio teve como principal função dar apoio ao departamento administrativo e financeiro da BERD através da realização de diversas tarefas, em especial a de revisão de relatórios de despesa de colaboradores. Dado que o método utilizado era bastante trabalhoso e demorado, o departamento AFD tinha bastantes revisões de relatórios pendentes pelo que foi a principal tarefa que tive de realizar.

Relacionado com esta tarefa foi possível ver a aplicação prática dos tipos de centros de responsabilidade, em especial dos centros de custo. No caso da BERD todas os custos dos relatórios de despesas eram alocados a diferentes centros de custo denominados por um número já definido sendo que foi possível identificar custos associados a centro administrativos, centros de marketing e centros de custos associados a cada projeto em curso. Toda esta tarefa era realizada em Excel pelo que foi bastante útil para aprofundar as minhas competências nesta ferramenta.

Nesta tarefa era necessário proceder a assinaturas dos relatórios pelo que foi sugerido que as assinaturas fossem realizadas digitalmente, sempre que possível de modo a tornar todo o processo mais eficiente, dado que nem sempre os colaboradores se encontravam na empresa e a recolha de assinaturas era mais demorada.

O *feedback* relativo ao novo método de ajudas de custo para colaboradores no estrangeiro foi bastante positivo pelo que pode considerar-se que esta mudança teve um impacto positivo tanto para o departamento, mas também para os colaboradores que beneficiam agora de um processo mais eficiente.

Relacionado com a área contabilística realizei diversas tarefas. Como a contabilidade era realizada por uma empresa subcontratada as tarefas realizadas eram mais relacionadas com disponibilização de documentação e resposta a dúvidas relacionadas com movimentos constantes nas reconciliações bancárias. Nesta tarefa foi possível aplicar na prática vários conhecimentos de contabilidade adquiridos ao longo do meu percurso académico.

No que diz respeito aos planos financeiros, foi efetuada a atualização dos diversos mapas de serviço da dívida dos financiamentos efetuados pela empresa em vários bancos. Esta atualização foi necessária devido à aplicação de moratórias que permitiram a suspensão do pagamento das prestações dos financiamentos. Mais uma vez foi possível aplicar na prática conhecimentos adquiridos ao longo do mestrado, com a diferença que na cadeira lecionada não estavam contempladas a aplicação de moratórias, uma vez que se trata de

uma medida excecional criada para fazer face à pandemia. Foi me dada a oportunidade de perceber qual a importância da aplicação das moratórias de crédito no contexto real da BERD, através de uma entrevista ao diretor financeiro e de facto a aplicação das moratórias foi bastante importante para a empresa uma vez que durante o período onde a atividade estava parada a BERD não teve que proceder ao pagamento dos financiamentos. Quando se começou a verificar uma retoma da atividade em inícios de 2021 a BERD voltou a fechar vários contratos o que lhe permitiu a entrada de *cash-flows* e que permitiram voltar a proceder ao pagamento dos diversos financiamentos, aquando do fim das moratórias, sem verificar dificuldades acrescidas.

Ao longo deste estágio tive também a oportunidade de realizar algumas tarefas relacionadas com a gestão de recursos humanos, questões como a marcação de férias e deslocações em viatura própria.

Globalmente o estágio foi bastante completo dado que realizei várias tarefas em diferentes áreas tratadas pelo departamento administrativo e financeiro, tendo também realizando algumas tarefas de apoio ao departamento de logística. A realização de várias de várias das tarefas no Excel ajudou-me a aprofundar os conhecimentos nesta ferramenta tão importante. Ao longo dos 5 meses de estágio tive oportunidade de apoiar alguns colaboradores na realização de relatórios de despesas e percebi que, de facto, era uma tarefa bastante demorada pelo que a mudança para o método de ajudas de custo será um importante avanço para o departamento dado ser bastante mais eficiente. Avaliando a minha prestação ao longo destes meses penso que cumpro com o que me era pedido, estando sempre disposta a ajudar e a aprender com todos os colegas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Banco de Portugal (2020). *Boletim económico dezembro 2020*. Lisboa
- Banco de Portugal (2021). *Moratória para contratos de crédito celebrados com empresas*. Retrieved January, 25, 2022, from <https://clientebancario.bportugal.pt/pt-pt/covid-19-moratoria-para-contratos-de-credito-celebrados-com-empresas>
- Banco de Portugal (2021). *Relatório de estabilidade financeira 2021*. Lisboa
- Brealey, R., and Myers, S. (1992). *Princípios de Finanças Empresariais* 3ª Edição. McGraw-Hill de Portugal.
- Brigham, E. and Houston, J. (1999). *Fundamentos da Moderna Administração Financeira*. Campus. São Paulo, Brasil.
- Decreto-Lei n.º 10-J/2020 da presidência do Conselho de Ministros. (2020). Diário da República: 1ª Serie, nº 61.
- Durand, D. (1952). Costs of Debt and Equity Funds for Business: Trends and Problems of Measurement. *National Bureau of Economic Research*, 215-262.
- Jensen, M. C., and Meckling, W. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, 3: 305-360.
- Leland, H. E., and Pyle D. H. (1977). Information Asymmetries, Financial Structure, and Financial Intermediation. *The Journal of Finance*, 32 (2): 371-387.
- Modigliani, F., and Miller, M. (1958). The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment. *The American Economic Review*, 48 (3): 261-297.
- Myers, S. C., and Majluf, N. (1984). Corporate Financing and Investment Decisions When Firms have Information that investors do not have. *Journal of Financial Economics*, 13: 187-221.
- Pereira, P. (2015). *Estruturas de capitais – Empresas com e sem revisão legal de contas*. Dissertação de Mestrado em Auditoria, registada no Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Porto.
- Pinho, V. (2013). *Financiamento das PME e a sua dependência face ao crédito bancário*. Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Gestão registada Universidade de Aveiro, Aveiro.

Pinheiro, T. (2021). Portugal: moratoria, guarantees and the banks. Retrieved March 8, 2022 from <https://www.caixabankresearch.com/en/sector-analysis/banking/portugal-moratoria-guarantees-and-banks>

Ross, S.A. (1977). The Determination of Financial Structure: The Incentive-Signalling Approach. *The Bell Journal of Economics*, 8 (1), 23-40.

Semedo, I. G, (2015). *Teorias da Estrutura de Capital das Empresas: Uma aplicação às empresas Portuguesas cotadas na Euronext Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Gestão Financeira registada no Instituto Superior de Gestão, Lisboa.

Silva, S. A. (2013). *Determinantes da Estrutura de Capitais: evidência empírica das empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisbon*. Dissertação de Mestrado em Finanças registada na Faculdade de Economia do Porto, Porto.

Silva, S. (2012). *Estrutura de capitais: teoria trade-off versus teoria pecking order*. Dissertação de Mestrado em Finanças registada na Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, Braga.

<https://recevee.com/en/blog/financial-institutions-should-act-fast-before-moratoria-end/>

Retrieved January, 22, 2022.

Apêndice II – Guião e entrevista sobre a aplicação de moratórias na BERD

Esta entrevista foi feita ao diretor financeiro da BERD, Dr. Pedro Loureiro, e teve a duração de cerca de 5 minutos.

1. Qual foi a importância da medida das moratórias públicas aplicáveis a financiamentos para a BERD?

Para a BERD a existência desta medida foi uma grande ajuda porque o negócio da BERD congelou em 2020 aquando do início do COVID-19, isto é tudo o que a BERD tinha em termos de *pipeline* comercial com decisões congelou 12 a 18 meses, o que tornou 2020 o pior ano da BERD em termos de resultados. No início de 2021 a BERD já começou a sentir uma inversão da tendência. O facto de termos podido congelar a amortização dos financiamentos durante 12 a 18 meses dependendo das moratórias permitiu-nos de certa forma acompanhar o congelamento da atividade comercial.

2. Quais as vantagens que o diretor financeiro viu ao aderir a esta medida?

No caso da BERD a adesão às moratórias era feita “por defeito” e dado o tipo de negócio que a BERD executa esta adesão foi uma ajuda bastante grande para fazer face ao contexto pandémico.

3. Como é que a BERD se organizou para fazer face ao fim da medida?

Já no final de 2020 mal sentimos que o mercado já estava a retomar, a BERD voltou a começar a vender, sendo que o objetivo da moratória era dar tempo para pôr a máquina comercial novamente a laborar, nomeadamente através do fecho de contratos até se retomar novamente o pagamento dos financiamentos. Do meu ponto de vista conseguimos fazer face ao final das moratórias uma vez que em 2021 já temos uma inversão de pipeline, ou seja, já se verifica uma inversão ao nível de fecho de projetos no final de 2020 e que começam a ter repercussão ao nível de entrada de *cash-flow* a meio de 2021. Foi também por esta altura que começaram a retomar o pagamento dos financiamentos consoante a maturidade. A aplicação desta medida foi assim muito interessante para a BERD.

